

Filosofia e linguística

Jean-Claude Milner: *Introduction à une science du langage*

1

Uma recensão filosófica de uma obra de linguística apresenta antes de tudo um problema de legitimação. A história das relações entre filosofia e ciência da linguagem (se se toma este termo no sentido lato em que ele compreende também a *techne grammatike* dos antigos e a *gramatica* dos medievais) é, no entanto, tão rica de intercâmbios, de encruzilhadas e incidentes, que tal escrúpulo é, ao mesmo tempo, motivado e destituído de todo sentido. Não só a tradição antiga atribui, de fato, a Platão e a Aristóteles, conjuntamente, a origem da gramática, mas também as categorias lógicas e as categorias gramaticais estão desde o início tão entrelaçadas que não parecem separáveis. Os estoicos, que deram um impulso decisivo ao estudo da linguagem, davam assim a *phone* (no sentido gramatical de *phone enarthros*, voz articulada) como *arche* da dialética: mas já nas *Categorias* de Aristóteles não é possível perceber o conceito de *legomena kata medemian symploken* sem considerar que ele implica o conceito – genuinamente gramatical – de parte do discurso (*meros tou logou*). De resto, no mesmo tratado, a determinação do ser puro (*prote ousia*) é inseparável da determinação do significado do pronome dêictico e do nome próprio, segundo um paralelismo que caracteriza toda a história da ontologia (basta pensar na importância do pronome e do nome próprio e, em

geral, das categorias gramaticais, no tratamento do problema do Ser na teologia medieval ou, ainda, na impossibilidade de distinguir a lógica da gramática em um tratado escolástico *de modis significandis*).

O projeto de uma “libertação da gramática em relação à lógica”, avançado por Heidegger em uma passagem crucial de *Ser e Tempo*, não é, nesse sentido, facilmente realizável. Ele deveria ser, ao mesmo tempo, uma libertação da linguagem em face da gramática (programa que, mais ou menos conscientemente, foi concebido de vários modos na história do pensamento ocidental) e pressupõe uma crítica da interpretação da linguagem já implicada nas categorias gramaticais mais elementares: o conceito de articulação (*arthron*), de letra (*gramma*) e o de parte do discurso. Essas categorias, já claramente definidas pela reflexão grega sobre a linguagem, não são propriamente nem lógicas nem gramaticais, mas tornam possível toda lógica e toda gramática e, talvez, toda *episteme* em geral.

2

As formas do pensamento são antes de tudo expostas e expressas na linguagem humana [...] Em tudo que se torna, para o homem, algo interno, em geral uma representação, em tudo aquilo de que ele se apropria, insinua-se a linguagem; e aquilo com que ele forma sua linguagem e que ele exterioriza na linguagem contém, de forma mais velada e menos pura, uma categoria. A lógica é tão natural ao homem que, na verdade, essa é sua natureza peculiar. Se se quisesse opor, como se faz geralmente, a natureza – como o físico – ao espiritual, dever-se-ia então dizer que o lógico é, pelo contrário, o sobrenatural que entra em toda relação ou atividade natural do homem, em seus sentimentos, intuições e desejos, em todas as suas necessidades e instintos, fazendo com que tudo isso se torne algo humano.

A implicação de pensamento e linguagem, que se exprime nesse trecho da *Ciência da lógica*, e a difícil tarefa que ela apresenta ao pensamento são um dos temas constantes da tradição filosófica. Em nosso tempo, essa tarefa foi formulada (em um sentido diferente, mas de modo igualmente decisivo) por Kojève, que definiu a filosofia como o discurso “*qui peut parler de tout, à condition de parler aussi du fait qu’il en parle*” [que pode falar de tudo, na condição de falar também do

fato de que fala]. Se essa definição corresponde à verdade, a chamada “virada linguística”, com a qual se quis caracterizar a orientação da filosofia contemporânea e, de modo genérico, o fato de ela se voltar para a reflexão sobre a linguagem, arrisca-se a enunciar uma verdade trivial. O termo “linguagem”, de fato, para retomar a célebre fórmula aristotélica, “diz-se de muitos modos” e só um esclarecimento do que a filosofia e a ciência da linguagem entendem respectivamente por esse termo poderia conduzir a uma útil definição da relação que elas estabelecem uma com a outra. A implicação entre filosofia e reflexão sobre a linguagem não significa portanto necessariamente que filosofia e linguística tenham o mesmo objeto. A observação de Heidegger, de que “o ser do ente que a linguística tem como tema continua a ser obscuro” e de que a indagação filosófica deveria, por sua vez, renunciar à “filosofia da linguagem” para interrogar antes de tudo qual é “o modo de ser da linguagem” (isto é, se ela tem ou não o modo de ser do objeto intramundano), não perdeu nada de sua atualidade. Tanto na linguística como na reflexão filosófica, o conceito de linguagem permanece muitas vezes indeterminado em uma vaga homonímia como um *polachos legomenon*.

3

O livro de Milner se apresenta como uma introdução a uma ciência da linguagem. Trata-se da obra de um eminente linguista que é também um pensador extremamente original. Ainda que dois de seus livros recentes (*L'amour de la langue* e *Les noms indistincts*) estejam entre os contributos franceses mais relevantes para a reflexão contemporânea sobre a linguagem, só raramente nos referiremos a eles. A tarefa que o autor propõe em seu livro se pretende, de fato, “*résolument scientiste*” [“decididamente cientista”] (p. 10),¹ na medida em que intenta examinar e sustentar “*l'hypothèse suivant laquelle la linguistique est une science, au même sens que le peut être une science de la nature*” [“a hipótese segundo a qual a linguística é uma ciência, no mesmo sentido em que uma ciência da natureza pode sê-lo”] (p. 10).

¹ As indicações das páginas remetem para MILNER, Jean-Claude. *Introduction à une science du langage*. Paris: Seuil, 1989.

Não é por acaso que essa introdução a *uma* ciência da linguagem chegue em um momento da história da linguística em que sua época gloriosa parece esgotada há algum tempo. Tendo chegado ao fim o grande empreendimento da gramática comparada, assim como o da gramática gerativa, talvez menos grandioso, mas igualmente significativo, a linguística já não ocupa hoje aquele lugar de “ciência-piloto” das ciências humanas que lhe era reconhecido sem dificuldade há apenas 20 anos. Aliás, o prestígio dessas ciências está, hoje, de modo geral em declínio. O projeto de uma ciência geral do humano, que tinha tido seu apogeu no final dos anos 1960, dissolveu-se ao mesmo tempo que o projeto político dessa época. A dura prosa do mundo dos anos 1980 apenas deixa subsistir – e em termos efetivos, cada vez mais claramente separadas, apesar das declarações dos bem-intencionados – as ciências positivas, por um lado, e uma filosofia cada vez mais frequentemente esquecida de suas tarefas, por outro.

Poder-se-ia pensar que um livro como essa *Introdução*, que se quer inteiramente dedicado à fundação de uma ciência positiva da linguagem, não pode contribuir de modo algum para o esclarecimento da relação entre filosofia e linguística. Mas é precisamente o contrário, no sentido de que vários excertos dessa *Introdução* de Milner contribuem decisivamente para o esclarecimento do conceito de linguagem e de sua homonímia.

A presente recensão, que não poderá obviamente dar conta de todo o rico conteúdo dessa *Introdução* (em sua totalidade, ela só pode ser da competência do linguista), concentrar-se-á unicamente em alguns aspectos desses excertos. Ela se propõe a discuti-los, de modo a mostrar como o livro, embora permanecendo no interior da ciência da linguagem, permite uma mais correta situação da relação entre filosofia e linguística e de suas tarefas respectivas.

4

Um primeiro ponto se encontra na primeira parte do livro (dedicado ao estatuto epistemológico da linguística) e diz respeito à identificação do próprio objeto da ciência da linguagem. Ainda que o autor não pretenda “propor uma epistemologia” (p. 23), seria difícil encontrar em um tratado dessa disciplina uma exposição tão

clara e original do conceito de ciência galileana. A matematização que esta implica se funda, segundo Milner, não tanto (como se costuma repetir) na quantificação, mas mais na literalização, entendida como “*indépendance entre la substance des entités contraintes et la contrainte*” [“independência entre a substância das entidades constringidas e o constringimento”].

Ce qui est alors retenu de la mathématique, c'est la dimension de la contrainte, s'appliquant à des entités dont la référence objective (la substance) peut certes être déterminée, mais n'a pas à l'être quand on définit la contrainte elle-même. De là suit que l'on peut manier les entités, sans “voir” ce qu'elles désignent: on parle alors à bon droit de menagement aveugle (p. 91-92).

[O que se retém então da matemática é a dimensão do constringimento, que se aplica a entidades cuja referência objetiva (a substância) pode ser certamente determinada, mas não tem de o ser quando se define o próprio constringimento. Daí resulta que se pode manejar as entidades sem “ver” o que elas designam: fala-se então, com toda a razão, de funcionamento cego.]

Imediatamente a seguir, Milner anuncia uma série de “*faits primitifs*” [“*fatos primitivos*”], que funcionam como limites irreduzíveis, com que a linguística não pode deixar de se defrontar, mas para além dos quais ela não pode chegar.

O primeiro desses fatos é o *factum loquendi*. Seu único conteúdo é a existência da linguagem, o fato de existirem seres falantes:

Le nom courant de ce fait brut est le langage. On notera qu'il suppose une seule chose: qu'il y ait des êtres parlants. En ce sens, parler du langage, c'est seulement parler du fait que des êtres parlants existent. Toutefois, pour en parler de façon intéressante, il faut pouvoir mettre en question cette existence, or c'est justement ce que la linguistique ne peut pas faire: cette existence pour elle ne saurait être déduite, ni expliquée en général. On comprend en quel sens la linguistique n'a pas pour objet le langage: c'est qu'elle le prend pour axiome.

Cela ne signifie pas du tout qu'on ne puisse pas considérer cette existence pour elle-même et s'interroger sur ses conditions de possibilité. Ce qu'on retrouve alors c'est une question du type: “pourquoi y a-t-il du langage plutôt que pas de langage du tout?”. C'est-à-dire une question proprement métaphysique (p. 41).

[O nome corrente desse fato bruto é a linguagem. Notar-se-á que ela supõe uma única coisa: que haja seres falantes. Nesse sentido, falar da linguagem não é senão falar do fato de que existem seres falantes. No entanto, para falar dela de maneira mais interessante, é preciso pôr em questão essa existência, o que é justamente o que a linguística não pode fazer: para ela, essa existência não pode ser deduzida nem, em geral, explicada. Compreende-se em que sentido a linguística não tem por objeto a linguagem: é que ela a toma como axioma.]

Isso não significa de modo algum que não se possa considerar essa existência por si mesma e colocar a interrogação sobre suas condições de possibilidade. O que se encontra então é uma questão do tipo: “por que há linguagem em vez de não haver nenhuma linguagem?”. Isto é, uma questão propriamente metafísica.]

O segundo “fato primitivo”, que devemos distinguir claramente do primeiro, é o *factum linguae*, isto é, o fato de que o que os homens falam é uma língua:

Pour conclure que le langage existe, il suffit qu'on constate que des êtres parlent. La question de savoir quelles sont les propriétés de ce qu'ils parlent n'est pas à cet égard pertinente. Or, la linguistique ne peut s'en tenir là; elle doit donc admettre davantage que la seule et massive existence du langage: elle admet que les êtres parlants parlent des langues.

Dire que les réalisations de langage sont des langues, c'est supposer au minimum que l'ensemble des productions langagières mérite d'être désigné par un nom commun. C'est supposer de plus qu'elles se distribuent, d'une manière analogue aux divers règnes de la nature, en classes et en sous-classes, chaque langue correspondant en gros à ce que dans la nature on appelle une espèce. C'est supposer enfin qu'on peut dire ce que c'est qu'une langue particulière. C'est supposer en bref (1) qu'on peut distinguer une langue d'une non-langue et (2) qu'on peut distinguer une langue d'une autre. Il faut pour cela qu'on puisse raisonner en termes de propriétés: qu'on puisse autrement dit distinguer les propriétés d'une langue des propriétés d'une non-langue, les propriétés d'une langue des propriétés d'une autre langue (p. 43).

[Para concluir que a linguagem existe, basta que se verifique que há seres que falam. A questão de saber quais são as propriedades do que eles falam não é, nessa perspectiva, pertinente. Ora, a linguística não pode deter-se aí; ela tem de admitir mais do que a simples e bruta existência da linguagem: ela admite que os seres falantes falam línguas.]

Dizer que as realizações da linguagem são línguas é supor, no mínimo, que o conjunto das produções de linguagem merece ser designado por um nome comum. É supor, ainda, que elas se distribuem, de uma maneira análoga aos diversos reinos da natureza, em classes e subclasses, correspondendo cada língua, em geral, ao que na natureza se chama uma espécie. É supor, em suma (1) que se pode distinguir uma língua de uma não língua e (2) que se pode distinguir uma língua de outra. É preciso para isso que se possa pensar em termos de propriedades: que se possa, dito de outra maneira, distinguir as propriedades de uma língua das propriedades de uma não língua, as propriedades de uma língua das propriedades de outra língua.]

Isso implica não apenas que as línguas são diferentes mesmo pertencendo a uma classe homogênea (Milner chama a isso *factum linguarum*), mas também, sobretudo, que as línguas são passíveis de ser descritas em termos de propriedade: é o *factum grammaticae*, que para Milner é o verdadeiro fato constitutivo da linguística.

Essa clara definição dos fatos constitutivos da linguística permite por si só desfazer a homonímia do termo *linguagem* e distinguir com precisão o objeto da filosofia da linguística. Se o objeto desta é a língua (entendida como estenograma do *factum linguae*, do *factum linguarum* e do *factum grammaticae*), a filosofia se ocupa, pelo contrário, precisamente do *factum loquendi* que a ciência da linguagem deve limitar-se a pressupor. A filosofia é a tentativa de *expor* esse pressuposto, de tomar consciência do significado do fato que é falar. Vê-se como é justamente o *factum grammaticae* que serve para fazer a discriminação: a filosofia se ocupa, com efeito, da pura existência da linguagem, independentemente de suas propriedades reais (as propriedades transcendentais, com que o filósofo deve saber lidar, não ultrapassam o âmbito do existente puro), enquanto a linguística se ocupa da língua, na medida em que ela pode ser descrita em termos de propriedades reais, isto é, tem (ou melhor, é) uma gramática.

Isso implica excluir do âmbito da filosofia as especulações sobre a origem da linguagem, que eram patrimônio tradicional da filosofia da linguagem. Como observa Milner, as hipóteses sobre a origem da linguagem não são mais do que

la forme fictive, présentée comme un passage, de la limite entre "le langage n'existe pas" et "le langage existe". Ce qui est censé apparaître dans ce passage fictif, ce sont des propriétés définitoires et essentielles: ces propriétés sans lesquelles on ne peut dire qu'il existe du langage (p. 42).

[a forma fictícia, apresentada como uma passagem, do limite entre "a linguagem não existe" e "a linguagem existe". O que se supõe que apareça nessa passagem fictícia são propriedades definidoras e essenciais: as propriedades sem as quais não se pode dizer que existe linguagem.]

As tentativas da filosofia para identificar propriedades reais que definem a essência da linguagem estão votadas ao fracasso justamente porque avançam ilegitimamente para o domínio da ciência. Não existe nem pode existir para a filosofia uma *essência* da linguagem (nem, conseqüentemente, uma gramática filosófica), porque sua tarefa se esgota na exposição de sua *existência*.

Encontra-se aqui o limite que separa o campo da *episteme* do campo da filosofia primeira. Em sua relação com a linguagem, a filosofia não pode deixar de se manter fiel à sua vocação original de ciência do existente puro: se a ciência em sentido estrito é a que conhece as propriedades do existente (ou o existente na medida em que tem certas propriedades reais passíveis de serem descritas), a filosofia (como filosofia primeira) é a ciência que contempla o existente como existente (*on e on, on aplos*), isto é, independentemente de suas propriedades reais.

5

Mas a relação entre filosofia e linguagem (e, por conseguinte, entre filosofia e linguística) é, na realidade, mais complexa. A filosofia só pode, de fato, reivindicar, em face da *episteme*, sua vocação de ciência do existente puro, através de uma particular experiência de linguagem. O existente puro (sem outras propriedades que não

sejam as transcendentais) – que constitui seu único objeto – é, pois, algo a que o filósofo não tem acesso senão pela reflexão sobre o *factum loquendi* e pela construção de uma experiência em que esse *factum* esteja tematicamente em questão. *Só a experiência da pura existência da linguagem abre ao pensamento a pura existência do mundo.*

Daí – de Platão a Wittgenstein – a relação particular do filósofo com a linguagem, simultaneamente de desconfiança e de submissão, de "filologia" e de "misologia"; daí, também, a proximidade e a distância que separa a filosofia e a ciência da linguagem. Elas insistem no mesmo lugar, cuja existência uma deve contemplar e a outra se limita a considerar como pressuposto das propriedades gramaticais. E, para seu objetivo, elas não dispõem de quaisquer instrumentos particulares nem de um sólido ponto de apoio: ambas devem realizar uma experiência com a linguagem sem se situarem, em relação a ela (como fazem as outras ciências em relação ao respectivo objeto), em um observatório exterior. A caracterização que Milner faz da linguística como "ciência experimental sem observatório" (p. 128), cuja experimentação própria é constituída pelo exemplo, poderia servir perfeitamente também para a filosofia. As interrogações que esta põe (tal como as ficções de que por vezes se serve) não requerem como resposta uma informação (nem têm valor narrativo), mas valem antes a título de exemplo, no sentido em que Milner define a linguística (p. 109-126, mas veja-se também o ensaio de 1988, *L'exemple et la fiction*); e, apesar do requinte do aparato lógico, a filosofia reside, em última instância, como a linguística, unicamente na língua natural. Se a linguística é, nas palavras de Milner, *scientia infima*, cujo objeto é tão mínimo que não é possível descer mais abaixo, já que "*quel que soit le degré de formalisation mathématique d'une théorie, la dernière instance sera toujours une proposition énoncée en langue naturelle*" ["qualquer que seja o grau de formalização matemática de uma teoria, a última instância será sempre uma proposição enunciada em língua natural"] (p. 130), a filosofia parte de um lugar ainda mais ínfimo – a pura existência da linguagem.

Há pontos em que essas duas ciências, tão próximas e, no entanto, tão distintas quanto a seu objeto, se tocam? Há, na linguística, um lugar em que a existência da linguagem emerge como tal?

Tal lugar se encontra no Capítulo 3 da segunda parte, que tem como título: “La théorie restreinte des termes” [“A teoria restrita dos termos”]. As cerca de 40 páginas que formam esse capítulo (p. 315-356) sistematizam de modo exemplar uma das partes mais complexas da teoria linguística (uma das suas duas articulações fundamentais, se é verdade, como afirma Milner, que “*les entités linguistiques sont de deux espèces: les termes et les positions*” [“as entidades linguísticas são de duas espécies: os termos e as posições”] – p. 409 – sendo estas últimas respeitantes à sintaxe).

A reflexão grega sobre a linguagem tinha atribuído, desde seu início, um lugar fundamental à distinção entre *onoma* (termo) e *logos* (proposição). Segundo uma tradição que remonta à Stoa, o momento da nomeação (*appellatio, nomenclatura*) é, além disso, conceitual e geneticamente distinto do momento do discurso em ato. Já em Antístenes, essa distinção gramatical estava estrategicamente conjugada com o problema da indizibilidade da existência pura, no sentido de que não pode existir discurso definidor dos elementos primeiros e simples, mas apenas nome. Aquilo que foi *chamado* pelo nome não pode ser *dito* em uma proposição (como dirá ainda Wittgenstein na prop. 3.221 do *Tractatus*: “Os objetos só se podem nomear [...] Pode-se dizer deles, não dizê-los”).

Aristóteles, nas *Categorias*, distingue, na classe dos termos, o pronome dêictico e o nome próprio, que significam uma existência pura (*prote ousia*), dos outros nomes, que exprimem sempre uma qualidade. Sabe-se que Platão, que se serve da anáfora *auto* para exprimir a ideia, nega em contrapartida toda possibilidade de a linguagem designar diretamente um existente puro sem propriedades (é a *asthenia* dos *logoi* na digressão filosófica da *Carta VII*).

Outro problema filosófico ligado ao plano dos nomes (e, por conseguinte, à teoria dos termos) é o da autorreferência (o nome do nome). Esse problema deu lugar a uma série de paradoxos, o mais conhecido dos quais é um extraído do célebre episódio de *Through the Looking-Glass*, que se poderia chamar “paradoxo do Cavaleiro Branco”. O nome de um objeto pode ser nomeado sem perder, com isso, sua natureza de nome para se tornar um objeto nomeado? É

possível, então, que o nome se refira a si mesmo como nome que é (*nome nominans* e não *nomen nominatum*)? Na prop. 4.126 do *Tractatus*, Wittgenstein dá implicitamente uma resposta negativa a essa questão. Sabe-se que Carnap defendia, pelo contrário, que um nome pode ser perfeitamente nomeado através de sua inclusão entre aspas; mas ele foi refutado por Reach em um importante artigo.²

Mais uma vez, a lúcida consciência da amplitude dos problemas em questão permite a Milner ordenar essa complexa matéria em apenas dez teoremas, com uma clareza sem igual na história da linguística. Ele começa por abandonar o princípio contextual (que se costuma atribuir a Frege), segundo o qual não é possível determinar as propriedades de um termo linguístico fora de seu contexto discursivo: “*Il est possible d'établir les propriétés d'un terme hors emploi*” [“é possível estabelecer as propriedades de um termo fora do seu emprego”] (por exemplo, reconhecer-lhe o sentido lexical, princípio que está na base dos dicionários), afirma o primeiro teorema de sua teoria restrita dos termos. Mas o que é um termo linguístico considerado em si? O que é o *onoma* da reflexão grega sobre a linguagem?

Segundo Milner, não é senão o conjunto de suas propriedades distintivas, que ele enumera da seguinte maneira: 1) pertença a uma categoria; 2) forma fonológica; 3) significação lexical (ou referência virtual). Nenhuma dessas três propriedades (nem sequer a forma fonológica, que estamos habituados a identificar com o próprio termo, como quando dizemos “*mesa é um nome feminino*”) constitui por si só o termo linguístico. Se, nesse sentido, os indivíduos linguísticos não são realidades substanciais, mas só “*paquets des propriétés*” [“pacotes de propriedades”] (p. 330), não será então possível nomear um termo senão através de um procedimento indireto:

La procédure est connue: c'est l'opération guillemets par laquelle on dit table pour désigner l'individu linguistique table [...] Précisons: ce qui désigne l'individu linguistique table, c'est en fait la concaténation phonologique $t^a b^l e$. Il va cependant de soi qu'en usant de la concaténation phonologique $t^a b^l e$, on vise le lexème table avec toutes ses propriétés lexicales: sa signification,

² REACH, K. The Name Relation and the Logical Antinomies. *Journal of Symbolic Logic*, n. 3, p. 97-111.

son appartenance catégorielle, et, bien évidemment, sa forme phonologique. Autrement dit, l'on utilise l'une des propriétés identificatoires pour sténographier l'ensemble des propriétés identificatoires qui constituent l'individu (p. 330-331).

[O procedimento é conhecido: é a operação aspas pela qual se diz *mesa* para indicar o indivíduo linguístico *mesa* [...] Precisemos: o que designa o indivíduo linguístico *mesa* é de fato a concatenação fonológica *m^e^s^a*. Mas é evidente que ao usarmos a concatenação fonológica *m^e^s^a* visamos ao lexema *mesa* com todas as suas propriedades lexicais: sua significação, sua pertença categorial e, naturalmente, sua forma fonológica. Dito de outra maneira, utilizamos uma das propriedades de identificação para estenografar o conjunto das propriedades identificadoras que constituem o indivíduo.]

O problema é o dos indivíduos linguísticos e do respectivo nome. Milner retoma aqui a tese de Kripke sobre o nome próprio, segundo a qual ele não é o estenograma de uma série de propriedades identificadoras:

On se souvient de sa démonstration: le seul fait qu'on puisse, à partir du nom propre *Aristote* et d'un prédicat P, construire une proposition du type "Aristote est P" et sa contrefactuelle "Aristote est non-P" prouve que le nom propre *Aristote* n'est pas le sténogramme d'un paquet de prédicats identificateurs. Il est donc crucial que, si la proposition "Aristote aimait les chats" est tenue pour factuelle, la proposition "Aristote n'aimait pas les chats" soit tenue pour contrefactuelle. Or, considérons les termes de langue: une proposition du type "*table* n'a pas la forme phonologique *table*" est visiblement une contradiction in adjecto et non pas une contrefactuelle. Il en va de même, malgré l'apparence, de propositions du type: "*table* n'est pas un Nom", ou même "*table* n'est pas féminin" (p. 331).

[Recordemo-nos de sua demonstração: o simples fato de podermos, a partir do nome próprio *Aristóteles* e de um predicado P, construir uma proposição do tipo "Aristóteles é P" e seu contrafactual "Aristóteles é não-P" prova que o nome próprio *Aristóteles* não é o estenograma de um pacote de predicados identificadores.

É pois crucial que, se considerarmos a proposição "Aristóteles amava os gatos" como factual, consideremos como contrafactual a proposição "Aristóteles não amava os gatos". Ora, consideremos os termos de língua: uma proposição do tipo "*mesa* não tem a forma fonológica *mesa*" é visivelmente uma contradição in adjecto e não um contrafactual. O mesmo sucede, apesar das aparências, com proposições do tipo: "*mesa* não é um Nome", ou mesmo "*mesa* não é feminino".]

A tese de Kripke não pode então se aplicar aos termos linguísticos, e isso permite a Milner enunciar o teorema: "O termo linguístico não tem nome próprio" (p. 332). Com este teorema, cujo importância não pode ser superestimada, Milner introduz na teoria dos nomes, pela primeira vez na história da linguística, o princípio da impossibilidade da metalinguagem. Ora, é precisamente através dessa anonimidade e dessa insubstancialidade do ser linguístico que a filosofia pôde pensar algo como uma existência pura, isto é, uma singularidade sem propriedades reais. Se o termo linguístico não fosse anônimo, se tivéssemos desde sempre nomes para o nome, então encontraríamos sempre coisas com suas propriedades reais, e não existiria jamais um ponto em que se interrompe a possibilidade de dar nomes (isto é, de atribuir propriedades). Por outro lado, esse ponto de paragem não pode ser constituído por um ser não linguístico, uma vez que a linguagem pode nomear tudo e não conhece limites a seu poder de nomeação (o não linguístico não é, nesse sentido, senão uma pressuposição da linguagem): ele não pode, porém, nomear-se a si mesmo como nomeante, o nome é a única coisa para a qual nos faltam verdadeiramente os nomes. É essa anomia do nome que, em Platão, abre a possibilidade da ideia (que se exprime não com um nome, mas unicamente através do sintagma nome + *auto*). É só porque o termo *rosa* é anônimo, só porque *rosa* não é o nome do nome *rosa* que eu posso, ao dizer "uma rosa", fazer surgir *l'absente de tout bouquet*, isto é, a própria rosa, ou a ideia. E só a anonimidade do ser linguístico confere seu sentido à tese metafísica segundo a qual a existência não é uma propriedade real, isto é, à posição do transcendental. Que o "existente" (*ens*) não seja um predicado real e, tal como os outros predicados transcendentais (*unum, verum, bonum, etc.*), inerente a toda predicção sem no

entanto lhe acrescentar nenhuma propriedade real, isso só pode significar, pensando bem (e está implícito no teorema de Milner), que o ser-predicado não é, por sua vez, nomeável. O ser-dito é, nesse sentido, o arquitecnicamente que condiciona a possibilidade de toda predicação real; mas, precisamente por isso, não pode aplicar-se ao nome. O teorema de Milner é, na realidade, também um teorema sobre o transcendental: nem o nome do nome nem o nome nomeado são nomes, e o que está em relação com essa anonimidade do nome é o existente puro. (Reconhecer-se-á aqui a tese central de Heidegger sobre a linguagem: o ser puro surge só onde desaparece a palavra; mas a palavra desaparece só no ponto em que se tenta dizer a palavra.)

7

Outro ponto em que a existência da linguagem como tal parece emergir na linguística é o problema da predisposição à linguagem e de seu caráter inato (defendido, em particular, pela escola de Cambridge). Milner ilustra com muita agudeza as dificuldades e as contradições com que essa tese fatalmente se defronta (p. 216-236). A tese “a linguagem é inata” não pode, com efeito, referir-se às línguas particulares – que, como é sabido, são completamente adquiridas pelo indivíduo de acordo com o ambiente linguístico em que se encontra –, mas só à linguagem em geral. Mas o que significa falar de uma predisposição para a “linguagem em geral”?

Car, rappelons-le, nul ne peut supposer qu'un être parlant parle le français de manière innée; ceux-là mêmes qui raisonnent en termes d'innée supposent seulement ceci: un être parlant parle de manière innée, et “parler” signifie ici “être capable de parler une langue en general”. Et cela, c'est le langage. Sans doute, on a pu supposer que cette “disposition au langage” n'était pas vide (et qu'autrement dit, le langage avait des propriétés). Mais le contenu de cette disposition est une disposition à une langue *quelconque* ou à un *type* de langue quelconque. Si la disposition au langage n'est pas vide, il faut alors nécessairement qu'existent des propriétés communes à des nombreuses langues, sinon à toutes. Par conséquent, la supposition d'une disposition au langage croise la question de la grammaire universelle (p. 227).

[Porque, recordemo-lo, ninguém pode supor que um ser falante fale o francês de maneira inata; os mesmos que pensam em termos de inato supõem apenas isto: um ser falante fala de maneira inata, e “falar” significa “ser capaz de falar uma língua em geral”. E isso é a linguagem. Sem dúvida que foi possível supor que essa “disposição para a linguagem” não era vazia (e que, por outras palavras, a linguagem tinha propriedades). Mas o conteúdo dessa disposição é uma disposição para uma língua *qualquer* ou para um *tipo* de língua qualquer. Se a disposição para a linguagem não é vazia, é preciso então necessariamente que existam propriedades comuns a numerosas línguas, ou mesmo a todas. Por conseguinte, a suposição de uma disposição para a linguagem se cruza com a questão da gramática universal.]

Ora, a expressão “linguagem em geral”, como a de “gramática universal”, corre o risco de ser vazia de conteúdo.

En effet, le langage n'est jamais observable que dans une langue particulière. En éthologie, il paraît toujours possible de séparer avec une clarté et une distinction suffisantes la part innée d'un comportement de sa part acquise. Dans les données linguistiques, ce départ n'est jamais simple: plus exactement, il relève de la théorie et non pas de l'observation. Supposons qu'on puisse montrer que, dans toutes les langues, certaines propriétés se rencontrent, elles se combineront sans cesse, dans chacune, avec des propriétés particulières. Il appartiendra certes à la théorie de donner une représentation distincte de l'universel et du particulier, mais l'observation ne rencontre jamais que leur mélange (p. 232).

[Com efeito, a linguagem nunca é observável senão em uma língua particular. Em etologia, parece que é sempre possível separar com nitidez e distinção suficientes a parte inata de um comportamento de sua parte adquirida. Nos dados linguísticos, esse princípio nunca é simples: mais exatamente, ele releva da teoria, e não da observação. Suponhamos que se pode mostrar que em todas as línguas se encontram certas propriedades e que elas se combinarão incessantemente, em cada uma, com propriedades particulares. Caberá à teoria dar uma representação distinta do universal e do particular, mas a observação não encontra jamais senão sua mistura.]

Essa disposição para a linguagem em geral (ou para uma língua qualquer) é, na verdade, qualquer coisa como a célebre *tabula rasa* do intelecto em potência da filosofia aristotélica, que não é nenhum inteligível em ato e pode sê-los todos. O fato é que o que está em questão nessas noções gerais – mesmo permanecendo impensado – não é senão o *factum loquendi*, a pura existência da linguagem apreendida como uma essência linguística universal. O caráter inato da linguagem em geral na forma de uma gramática universal é, então, só uma sombra do *factum loquendi*, com o qual a ciência da linguagem não pode se defrontar. Que exista linguagem, que se fale, não é de fato uma propriedade real que possa ser determinada como uma gramática universal de que todas as línguas participariam. Encontra-se aqui o mecanismo pelo qual a *prote ousia* aristotélica, que é uma pura existência singular, se torna, pelo contrário, a *sub-stância* que subjaz a todas as categorias. O pensamento, que procura captar o *factum loquendi*, a linguagem como existente puro sem propriedades, está sempre em vias de cair em uma gramática.

Não surpreenderá então que os diferentes projetos que, ao longo da história da cultura ocidental, procuraram construir uma pura experiência da existência da linguagem (isto é, da linguagem sem propriedades reais) tenham acabado muitas vezes por se substanciar em uma gramática (mais ou menos universal). Assim, no princípio da cultura romança, que está na base tanto do projeto da lírica amorosa provençal quanto do projeto de Dante, estava certamente a tentativa (filosófica e não simplesmente poética) de apreender a pura existência da linguagem na figura de uma mulher como objeto supremo de amor ou através da língua materna explicitamente contraposta à gramática. Embora se entendam as propriedades que Dante atribui à sua língua “vulgar” (ilustre, curial, cardinal, áulica), elas não são certamente propriedades gramaticais; parecem antes um equivalente dos *transcendentia* da lógica medieval, igualmente vazias de conteúdo real.

Todavia, ambos os projetos acabaram de fato, em circunstâncias históricas que não cabe aqui analisar, na construção de uma gramática: a poesia provençal acaba nas *Leys d'Amors*, isto é, em uma monumental gramática do occitano, em que as leis da língua são equiparadas às do amor; o projeto de Dante de uma língua vulgar ilustre terminará,

ainda que à custa de traições e contradições, na tentativa de construir uma língua gramatical nacional.

Mas quando esses projetos reemergem de forma genuinamente filosófica na cultura ocidental (e, em nosso século, tanto a “pura língua” de Benjamin como “*die Sage*” no último Heidegger são disso exemplo), o que neles está sempre em questão não é o fantasma de uma língua (e de uma gramática) universal, mas uma experiência que tem como objeto o *factum loquendi*, a pura existência da linguagem.

Semelhantes considerações poderiam ser avançadas (ainda que em um registro diferente) no que diz respeito à ciência da linguagem: aqui, as várias tentativas de construir uma língua ou uma gramática universal (da *lingua matrix* da filosofia do século XVIII à língua universal e à *Characteristica* que tanto interessavam a Leibniz, passando também, em um sentido diferente, por certos aspectos da reconstrução do indo-europeu) denunciam a necessidade de dar conta, de algum modo, do *factum loquendi* e acabam por mostrar apenas os pontos de excesso da linguagem relativamente à ciência.

Mas como é possível, então, certificar legitimamente em um saber a pura existência da linguagem?

8

As observações precedentes terão dado uma ideia da complexidade da relação entre a filosofia e a ciência da linguagem, tal como ela é implicitamente desenhada pela *Introduction* de Milner. Como *scientia infima*, a linguística tem verdadeiramente a posição fundamental que as classificações medievais lhe atribuíam quando colocavam a gramática no primeiro lugar entre as sete disciplinas da escola. Pois se a linguagem é a condição de todo saber, então a gramática, que torna possível uma ciência da linguagem, é a ciência que condiciona todas as outras. É fácil ver, de fato, que só se a linguagem tem certas propriedades reconhecíveis é possível uma ciência em sentido moderno; se a linguagem fosse privada de propriedades reconhecíveis ou se essas propriedades mudassem continuamente, nenhum saber seria possível. Mas não basta. Só na medida em que a linguística pressupõe o *factum loquendi*, o fato de que existe linguagem, é que as outras ciências podem pressupor a existência de algo que está subjacente aos objetos

cujas propriedades elas descrevem. Com efeito, o existente puro é o que corresponde à pura existência da linguagem, e contemplar a segunda significa contemplar o primeiro.

A “literalização” operada pela gramática – entendendo por literalização, como faz Milner, “*l’indépendance entre la substance des entités contraintes et la contrainte*” [“a independência entre a substância das entidades constringidas e o constringimento”] – é portanto a literalização fundamental que determina todas as outras. Nesse sentido, é certamente significativo que os gramáticos antigos pusessem como princípio de seus tratados não a pura voz, mas a *phone engrammatos*, *vox quae scribi potest*: o princípio da ciência da linguagem (e portanto de toda *episteme*) é a gramatização, ou seja, a literalização da voz. Mas o que nessa literalização está em jogo é a pressuposição da existência da linguagem, a transformação do *factum loquendi* em um pressuposto que deve permanecer impensado.

De que modo, podemos então perguntar, a pressuposição da existência da linguagem, que está em jogo na literalização, encontra-se marcada na ciência da linguagem? Em seus livros precedentes (não só em *L’amour de la langue*, mas também em *De la syntaxe à l’interprétation*), Milner tinha trazido à luz, em termos temáticos, aqueles pontos em que algo da linguagem excede a língua que é o objeto do saber e impede sua perfeita consistência, quer se trate da teoria do sujeito da enunciação, quer se trate da gramática dos insultos.

Se algo nessa *Introdução* funciona como traço ou cicatriz daquela pressuposição e desse excesso, é o tema da contingência, que percorre todo o livro. Na concepção de Milner, de fato, a ciência galileiana (isto é, literalizada) é votada à contingência: o que a separa nitidamente da ciência clássica é o fato de que seu objeto poderia ter sido diferente daquilo que é; e o fato de serem certas e constantes, mas não necessárias, as propriedades que lhe correspondem. A desordem que a contingência introduz no mundo é, porém, contrabalançada por um princípio que, já claramente formulado em Aristóteles, está, mais ou menos explicitamente, presente em todo saber. Segundo esse princípio (que se costuma definir como princípio da necessidade condicionada), se é verdade que toda potência é, nas palavras de Aristóteles, potência de uma coisa e de seu contrário, e que todo existente poderia ter sido diferente daquilo que é, também é verdade que no instante em que é

em ato aquilo que é, este não pode mais ser de outra maneira. Como escreve Milner em um texto recente,

*l’instant d’un éclair, chaque point de chaque référent de chaque proposition de la science apparaît comme pouvant être infiniment autre qu’il n’est, d’une infinité de points de vue; l’instant ultérieur, la lettre l’a fixé comme il est et comme ne pouvant être autre qu’il n’est.*³

[no instante de um raio, cada ponto de cada referente de cada proposição da ciência surge como podendo ser infinitamente diferente do que é, de uma infinidade de pontos de vista; no instante a seguir, a letra o fixou como ele é e como não podendo ser diferente do que é.]

Desse modo, a contingência é contida por uma barreira que inscreve toda expressão sua necessariamente sob a forma de um passado: algo *poderia ter sido* diferente daquilo que é. Essa articulação temporal condiciona na realidade toda a representação da possibilidade na ciência ocidental (na linguística como em qualquer outro saber).

Mas é possível apreender a contingência de outra maneira que não seja nesse “algo poderia ter”? Ou seja, é possível pôr em questão o princípio da necessidade condicionada para confirmar a própria existência da potência, a atualidade da contingência? É possível, então, tentar dizer o que parece impossível dizer: que algo é de outro modo diferente daquele que é?

Ora, precisamente esta parece ser a tarefa da filosofia que vem: redesenhar de alto a baixo o domínio das categorias da modalidade para pensar não já a *pressuposição* do ser e da potência, mas sua *exposição*. É nessa direção que parece empenhado o trabalho mais recente de Milner, e se há hoje um linguista capaz de captar o ponto de excesso da linguagem em relação à ciência (como fizeram, em seu tempo e cada um à sua maneira, Saussure e Benveniste), esse é certamente o autor dessa *Introdução*.

³ MILNER, Jean-Claude. Lacan et la science moderne. In: *Lacan avec les philosophes*. Paris: Albin Michel, 1991. p. 341.

cujas propriedades elas descrevem. Com efeito, o existente puro é o que corresponde à pura existência da linguagem, e contemplar a segunda significa contemplar o primeiro.

A “literalização” operada pela gramática – entendendo por literalização, como faz Milner, “*l’indépendance entre la substance des entités contraintes et la contrainte*” [“a independência entre a substância das entidades constringidas e o constringimento”] – é portanto a literalização fundamental que determina todas as outras. Nesse sentido, é certamente significativo que os gramáticos antigos pusessem como princípio de seus tratados não a pura voz, mas a *phone engrammatos*, *vox quae scribi potest*: o princípio da ciência da linguagem (e portanto de toda *episteme*) é a gramatização, ou seja, a literalização da voz. Mas o que nessa literalização está em jogo é a pressuposição da existência da linguagem, a transformação do *factum loquendi* em um pressuposto que deve permanecer impensado.

De que modo, podemos então perguntar, a pressuposição da existência da linguagem, que está em jogo na literalização, encontra-se marcada na ciência da linguagem? Em seus livros precedentes (não só em *L’amour de la langue*, mas também em *De la syntaxe à l’interprétation*), Milner tinha trazido à luz, em termos temáticos, aqueles pontos em que algo da linguagem excede a língua que é o objeto do saber e impede sua perfeita consistência, quer se trate da teoria do sujeito da enunciação, quer se trate da gramática dos insultos.

Se algo nessa *Introdução* funciona como traço ou cicatriz daquela pressuposição e desse excesso, é o tema da contingência, que percorre todo o livro. Na concepção de Milner, de fato, a ciência galileiana (isto é, literalizada) é votada à contingência: o que a separa nitidamente da ciência clássica é o fato de que seu objeto poderia ter sido diferente daquilo que é; e o fato de serem certas e constantes, mas não necessárias, as propriedades que lhe correspondem. A desordem que a contingência introduz no mundo é, porém, contrabalançada por um princípio que, já claramente formulado em Aristóteles, está, mais ou menos explicitamente, presente em todo saber. Segundo esse princípio (que se costuma definir como princípio da necessidade condicionada), se é verdade que toda potência é, nas palavras de Aristóteles, potência de uma coisa e de seu contrário, e que todo existente poderia ter sido diferente daquilo que é, também é verdade que no instante em que é

em ato aquilo que é, este não pode mais ser de outra maneira. Como escreve Milner em um texto recente,

*l’instant d’un éclair, chaque point de chaque référent de chaque proposition de la science apparaît comme pouvant être infiniment autre qu’il n’est, d’une infinité de points de vue; l’instant ultérieur, la lettre l’a fixé comme il est et comme ne pouvant être autre qu’il n’est.*³

[no instante de um raio, cada ponto de cada referente de cada proposição da ciência surge como podendo ser infinitamente diferente do que é, de uma infinidade de pontos de vista; no instante a seguir, a letra o fixou como ele é e como não podendo ser diferente do que é.]

Desse modo, a contingência é contida por uma barreira que inscreve toda expressão sua necessariamente sob a forma de um passado: algo *poderia ter sido* diferente daquilo que é. Essa articulação temporal condiciona na realidade toda a representação da possibilidade na ciência ocidental (na linguística como em qualquer outro saber).

Mas é possível apreender a contingência de outra maneira que não seja nesse “algo poderia ter”? Ou seja, é possível pôr em questão o princípio da necessidade condicionada para confirmar a própria *existência* da potência, a atualidade da contingência? É possível, então, tentar dizer o que parece impossível dizer: que algo *é* de outro modo diferente daquele que é?

Ora, precisamente esta parece ser a tarefa da filosofia que vem: redesenhar de alto a baixo o domínio das categorias da modalidade para pensar não já a *pressuposição* do ser e da potência, mas sua *exposição*. É nessa direção que parece empenhado o trabalho mais recente de Milner, e se há hoje um linguista capaz de captar o ponto de excesso da linguagem em relação à ciência (como fizeram, em seu tempo e cada um à sua maneira, Saussure e Benveniste), esse é certamente o autor dessa *Introdução*.

³ MILNER, Jean-Claude. Lacan et la science moderne. In: *Lacan avec les philosophes*. Paris: Albin Michel, 1991. p. 341.